

GILBERTO DE SOUZA MARQUES
GEDSON THIAGO DO NASCIMENTO BORGES

FINANCEIRIZAÇÃO, SAQUE E EMPRESA VALE NA AMAZÔNIA

Recebido em 15/05/2025

Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1294

FINANCEIRIZAÇÃO, SAQUE E EMPRESA VALE NA AMAZÔNIA

Resumo

Sustentado em categorias marxistas, o artigo analisa a trajetória da Vale de empresa estatal à transnacional privada e sua presença na Amazônia. Constata-se a expansão do capital estrangeiro e a financeirização, assumindo elementos da especulação nas decisões estratégicas da Companhia. Ao mesmo tempo, se intensifica a extração mineral na região, acelerando o esgotamento das reservas e gerando enormes contradições socioambientais, o que configura processo de espoliação e saque.

Palavras-chave: capital financeiro; Vale; saque; Amazônia

GILBERTO DE SOUZA MARQUES

Professor da Faculdade e do Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA.

Email: gilsm@ufpa.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0400-1337>

GEDSON THIAGO DO NASCIMENTO BORGES

Doutor em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA.

Email: thiagoborgesufpa@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7034-3832>

Abstract

Based on Marxist categories, the article analyzes Vale's trajectory from a state-owned company to a private transnational corporation and its presence in the Amazon. It notes the expansion of foreign capital and financialization, assuming elements of speculation in the company's strategic decisions. At the same time, mineral extraction in the region intensifies, accelerating the depletion of reserves and generating enormous socio-environmental contradictions, which configures a process of spoliation and looting.

Keywords: financial capital; Vale; looting; Amazon.

I. Introdução

Criada em 1942 como estatal, a mineradora Companhia Vale do Rio Doce se consolidou como uma das maiores empresas brasileiras, mas desde o início voltada à exportação. Após sua privatização em 1997, a empresa, com apoio estatal, ampliou sua participação no mercado externo, seja com vendas, seja com empreendimentos em outros países. Também acelerou a extração mineral e a financeirização de seu capital, aumentando a presença estrangeira e as estratégias de valorização de curto prazo para distribuir rapidamente grandes montantes de dividendos a seus acionistas. Acontece que isso gera profundas contradições socioambientais, particularmente nas regiões da Amazônia em que ela está implantada.

Por outro lado, alguns trabalhadores diretos da Vale, levando em consideração os salários recebidos (maiores que a média salarial do país) e outros “favores”, como moradia para quem residia em suas *company towns*, olhavam para a empresa como uma mãe, que os beneficiava e os protegia. Seria isso mesmo? Para refletir sobre isso, mesmo que brevemente, recorreremos aos dados da extração de riqueza pela Companhia.

O artigo busca reconstruir a trajetória empresarial da Vale, que parte de empresa estatal e se torna uma corporação transnacional.¹ Mas focamos em suas ações na Amazônia, procurando evidenciar que sua entrada na região, a partir de Carajás-PA, lhe possibilitou mudar de patamar entre as grandes mineradoras mundiais, mas às custas de contradições para a região e para seus povos – isso é o objeto e a hipótese trabalhada neste artigo. Para isso, recorreremos a análise e categorias elaborados por Marx (2017), aos estudos sobre financeirização, neoextrativismo, espoliação e saque.

¹ Este artigo é resultado de pesquisas já desenvolvidas (e em desenvolvimento) pelos autores sobre a Vale e sobre a Amazônia. Isso fica evidente em gráficos e em outras informações quantitativas reunidas ao longo do texto. Parte das considerações aqui apresentadas também está presente em outro material em elaboração pelos autores, cujo título provisório é “De empresa estatal à transnacional: dinâmica e financeirização do capital da empresa Vale”, que traz outras abordagens, foco e resultados, ainda que sobre o mesmo objeto.

O texto parte da historicização da empresa, que surge como estatal e se torna transnacional (seção dois). Em seguida, abordamos sua financeirização e na seção quatro tratamos do processo de saque e espoliação vinculados às estratégias de lucro da empresa.

2. De empresa estatal a transnacional privada

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada em 1942 em meio à Segunda Guerra, ao forte nacionalismo e aos acordos de Washington. Por meio desses acordos, o Brasil entrou na guerra e se comprometeu a fornecer a borracha da Amazônia e o ferro de Minas Gerais aos aliados. Para tal, o governo britânico comprou as jazidas de ferro que pertenciam à Itabira Iron Ore e repassou ao Brasil. A sede da empresa era em Londres e seu principal proprietário era o estadunidense Percival Farquhar. Com isso, o governo Vargas criou a CVRD para extrair ferro e exportar aos EUA, principalmente.² Além das reservas de ferro, ela encampa a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, a Companhia Itabira de Mineração e a Estrada de Ferro Vitória a Minas (Vale, 2025a). A companhia nasce como sociedade anônima, com possibilidade de aporte de capital privado nacional e estrangeiro (este principalmente na forma de financiamento – foi o caso de empréstimos e ingerência do Exibank). Desde a sua criação, esteve direcionada à exportação. No período de 1942-1961 a companhia exportou 98% do ferro extraído; de 1967 a 1997 algo em torno de 80% (Milanez *et al.*, 2018).

Nos anos 1970 a Vale do Rio Doce entra na Amazônia para a extração de ferro da região de Carajás, no Pará. Esse fato permitiu uma mudança de patamar da companhia, pois não apenas aumentou muito a quantidade de ferro que ela extraía, como permitiu acessar em maior volume mercados externos, consolidando-se como empresa estatal internacionalizada.

Para tal, um conjunto de mudanças locais e de legislação foram adotadas antes e depois da entrada da empresa na região. Ainda que sob um discurso

² Também fruto dos acordos de Washington foi criada a estatal Companhia Siderúrgica Nacional.

“nacionalista” e de segurança nacional, a Constituição de 1967 e o Código Mineral do mesmo ano estabeleceram que o subsolo não teria dono, que caberia ao governo definir quem o exploraria (por concessão), e que essa exploração poderia ser controlada por empresas estrangeiras organizadas no Brasil. Outras medidas mais impactariam a Amazônia, como o Radar da Amazônia (para, entre outros, mapear o subsolo amazônico), a estatal Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM/DNPM), o Estatuto da Terra e a política de incentivos fiscais, redefinindo o papel que ela cumpriria na reprodução capitalista brasileira (associada à dinâmica de capital em escala mundial) a partir de amplo levantamento geológico: ser fornecedora de produtos básicos (principalmente minerais). Papel destinado particularmente à Amazônia oriental. O diagnóstico sobre a região no planejamento mudou: deixou de ser uma região deprimida (pobre) para ser fronteira de recursos naturais, particularmente minerais (Marques, 2007).

Determinantes extrarregionais influenciaram na decisão: crise de acumulação dos anos 1970, elevação da taxa de juros, inflação, financeirização e choque do petróleo, deslocando para a periferia mundial etapas produtivas muito poluentes e muito custosas em termos energéticos. A isso se somou a crise da economia brasileira, a necessidade de completar a industrialização pesada e a busca por responder ao estrangulamento cambial e ao endividamento externo. Além dos grandes empreendimentos agropecuários incentivados pelo governo, a ocupação da Amazônia passa a ser orientada por megaempreendimentos hidrelétricos e minerais, com avançada tecnologia e na associação do Estado com o capital privado nacional e estrangeiro.

O governo da ditadura contratou a Força Aérea dos EUA para fazer o levantamento aerofotogramétrico do território brasileiro, estimando, inclusive, a ocorrência mineral. Diante disso, as “descobertas” por mineradoras estrangeiras começaram a aparecer, entre as quais em 1967 a United States Steel (USA) encontrou ferro Carajás (Parauapebas). Breno dos Santos, geólogo da US Steel, relata que em sobrevoo sobre Carajás pousou o helicóptero numa clareira e constatou que se tratava de ferro a céu aberto.

Para ele, a “descoberta” da maior província mineral do planeta “foi destino, sorte [...]. Carajás foi a última descoberta romântica da história da geologia” (Vale, 2017).

Foi criada a Amza (Amazônia Mineração S/A), formada pela CVRD (50,9% das ações) e pela US Steel (com 49,1% das ações) para explorar Carajás. Diferenças de objetivo e de estratégias no mercado internacional faziam a US Steel³ postergar o empreendimento, enquanto a Vale queria acelerá-lo. Para efetivar o Projeto Ferro-Carajás (PFC), a CVRD comprou participação da US Steel em 1977.

O PFC, com reservas minerais e o complexo *company town*-mina-ferrovia-porto, se tornou o eixo fundamental do Programa Grande Carajás (PGC), criado em 1980, para estimular e efetivar investimentos em diversos setores na Amazônia, mas principalmente em extração de recursos naturais. Informações da CVRD, processadas por Hall (1991) e Cota (2007), afirmam que o PGC foi orçado em 1981 em US\$ 61,7 bilhões e tinha como eixo de suas atividades a mineração, incluindo os 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor de Carajás a serem exploradas pelo PFC. O governo brasileiro assumiu o financiamento: 68% dos investimentos decorreram de recursos diretos do governo e de suas instituições financeiras (Loureiro, 2004). Segundo Santos (2016), o PFC envolveu US\$ 3,462 bilhões, dos quais US\$ 1,02 bilhão do BNDES e US\$ 852 milhões da CVRD. Os recursos estrangeiros decorreram, por ordem de participação, da European Coal and Steel Community, da Nippon Carajás Iron Ore Co. Ltda., do Banco Mundial e do KfW (banco alemão). As decisões sobre o PGC não passavam pelas instituições e governos locais, se traduzindo em perda de autonomia e de capacidade de intervenção regional – como foi o caso da Sudam (Marques, 2023).

O PGC estimulou outros empreendimentos. Foi o caso do complexo de extração de bauxita e sua transformação em alumínio primário. Interessava

³ Que contava com outras minas em operação em outras partes do planeta.

ao Japão repassar à periferia essa atividade, muito custosa ambientalmente e em termos energéticos. As reservas de bauxita do rio Trombetas (Oriximiná-PA), extraídas pela Mineração Rio do Norte (composta por Vale, Alcan e outros acionistas), seriam beneficiadas em Barcarena-PA, por meio da Albrás e Alunorte, subsidiárias da CVRD. Criou-se um consórcio entre a Vale e a Naac (Nippon Alumínio Company Ltda.), da qual o governo japonês era o maior acionista (Bentes, 1992). O principal insumo da cadeia produtiva do alumínio era a energia elétrica, muito custosa naquele momento (representando de 30% a 40% do custo total). Ela deveria ser ofertada ao empreendimento a preço rebaixado para que o alumínio paraense fosse vendido ao Japão a preços reduzidos. O governo construiu a UHE de Tucuruí (fundando a estatal Eletronorte para isso), se endividando e gerando enorme dano ambiental e social (Marques, 2023).

Em 1993, a CVRD firmou acordos comerciais com a China⁴. A empresa buscava fortalecer parcerias, a fim de fidelizar novos mercados. Nesse sentido, a Cia. Vale do Rio Doce exportou para a Baoshan Steel, maior siderúrgica da China, 120 milhões de toneladas de ferro de Carajás. Essa exportação de minério de ferro para a China ganhou contornos mais expressivos nos anos 2000, considerando que o Sistema Norte⁵ veio paulatinamente aumentando sua parcela nos resultados financeiros alcançados pela empresa.

Mas os anos 1990 foram marcados pelo neoliberalismo, seguindo o Consenso de Washington. Preparando as privatizações, o governo aprovou a lei Kandir, que isenta produtos básicos e semimanufaturados do ICMS, estimulando exportação, mas comprometendo a arrecadação estadual. A

⁴ “Não era a primeira vez que a Companhia comercializava com os chineses. O comércio entre a Vale e as siderúrgicas da China começou em 1973, com a exportação de minério de ferro das minas do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais” (Vale, 2012, p. 227).

⁵ A Vale possui quatro sistemas no Brasil para a produção e distribuição de minério de ferro. *Sistema Norte*: região de Carajás-PA; *Sistema Sudeste*: no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, composto por três complexos de mineração: Itabira, Minas Centrais e Mariana. *Sistema Sul*: também no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, (complexos Vargem Grande e Paraopeba). Em 2019, a Vale reorganizou o Sistema Sul, eliminando o complexo de Minas Itabirito e considerando as minas que o compunham como parte dos complexos de Vargem Grande e Paraopeba. *Sistema Centro-Oeste*: localizado no Mato Grosso do Sul, no município de Corumbá (Brasil Mineral, 2020).

CVRD foi vendida por R\$ 3,3 bilhões em 1997, um escândalo – entre outros porque o Bradesco participara do estudo sobre o preço de venda e depois se tornou um dos compradores. Somente em reservas de ferro a companhia tinha 12,9 bilhões de toneladas. Ela dispunha de R\$ 700 milhões em caixa e já gerava lucro anual superior a US\$ 500 milhões – montante em enorme crescimento em função do investimento feito pouco antes da privatização e da maturação do PFC. Em 1996, ela havia pagado US\$ 550 milhões do financiamento à instalação do PFC, caminhando para rápida quitação (Marques, 2023). Em 2007 a empresa deixa de ser Companhia Vale do Rio Doce para ser nominada de Vale S.A.

Após sua privatização, a CVRD, com apoio decisivo do BNDES, passou a diversificar suas atividades (minérios, insumos/fertilizantes agrícolas, logística e comercialização) e sua inserção internacional, chegando a estar presente em 40 países (no auge dos preços minerais), posteriormente reduzido a aproximadamente 25 nações.⁶

Isso envolveu aquisição de minas e empreendimentos em vários países. Em 2006, ela compra a canadense Inco, produtora mundial de níquel. Também intensificou investimentos em seu núcleo central, a extração de ferro. Foi o caso do projeto SUD, em Canaã dos Carajás-PA. A Vale assumiu dimensão mais que proporcional dentro da Amazônia, com capacidade de intervenção muito maior que qualquer município local e até maior que governos estaduais. Ela monopoliza as exportações de ferro da região. Em 2011, esse minério representou 59% do total das vendas da região Norte ao exterior e a empresa concentrou 62% das exportações da região Norte e 70,25% das exportações paraenses. Mesmo tendo vendido alguns de seus empreendimentos na Amazônia e enfrentado a queda dos preços do ferro, a companhia concentrou 37,34% das exportações do Norte e 48,01% do Pará em

⁶ “A privatização levou a CVRD a orientar sua acumulação globalmente, buscando não apenas mercados de exportação internacionais – como já fazia com sucesso durante o período estatal –, mas adquirir e abrir novas operações de extração fora das fronteiras brasileiras (internacionalização), além de diversificar suas fontes de financiamento e buscar valorização nos mercados de capitais internacionais” (Aguar, 2022, p. 67).

2015. Somando as exportações da Vale e de suas ex-subsidiárias, totalizou-se mais de 60% de tudo que a região exportou e mais de 80% das vendas externas do Pará em 2015. Mesmo com a queda dos preços, suas exportações de Carajás cresceram. A cada dia de 2011 a Vale exportou 266,3 mil toneladas de ferro de Carajás. Em 2017 chegou a 449 mil toneladas por dia (Marques *et al.*, 2023). Se esses montantes não tivessem contrapartida em termos de desenvolvimento social para a população local, isso já indicaria processos de espoliação e saque. Trataremos disso mais à frente.

Apesar do fim do boom das *commodities*⁷ a partir de 2015, esse quadro se manteve em função da entrada em operação do novo projeto em Carajás (SUD/Canaã dos Carajás-PA), ampliando a extração de ferro. A implantação do empreendimento se iniciou ainda durante a ascensão dos preços:

Com efeito, no primeiro governo Dilma Rousseff, houve aumento significativo do financiamento do BNDES para a Vale. Apenas em operações diretas de empréstimo, de 2011 a 2014, o BNDES repassou à Vale R\$ 14,150 bilhões. Excetuando-se um grande aporte (de mais de R\$ 3,2 bilhões) para a modernização das minas de ferro de Itabira (MG), em dezembro de 2012, e outro (de cerca de R\$ 800 milhões) para a modernização de uma mina de cobre no complexo de Carajás, a maior parte desses recursos destinou-se ao Projeto Ferro Carajás SUD (Aguiar, 2022, p. 226).

Para que pudessem ser realizados empréstimos dessa magnitude, o Banco Central teve que alterar norma, permitindo que a Vale fosse incluída no diminuto grupo de empresas para as quais o BNDES pode emprestar montante superior a 25% de seu patrimônio de referência.

Totalizando US\$ 14,3 bilhões, segundo a empresa (US\$ 19,67 bilhões, segundo Aguilar, 2022), o SUD envolveu implantação da mina e usina (US\$ 6,4 bilhões, com intensa mecanização) e expansão-duplicação da estrada de ferro Carajás (EFC) e do porto Ponta da Madeira (São Luís-MA), somando

⁷ O boom das *commodities* foi o período de grande crescimento dos preços iniciado em meados da primeira década do século XXI e se prolongando até 2015, estimulado pela demanda chinesa.

mais US\$ 7,9 bilhões.⁸ Com baixos custos de extração e minério de alto teor, o SUD permitiu que a Vale se reposicionasse no mercado internacional após o *boom* das *commodities*. “Os investimentos da Vale no Projeto SUD, financiados pelo BNDES, foram, portanto, fundamentais para o reposicionamento da empresa diante das mudanças nos preços dos minérios após o ‘superciclo de *commodities*’” (Aguilar, 2022, p. 228-229) – reposicionamento que a consolidou como corporação transnacional.

3. Neoextrativismo e intensificação da extração mineral pela Vale

Desde a sua privatização, a Vale transitou de uma empresa internacionalizada para se tornar transnacional. Era uma empresa que, mesmo sendo estatal, já se expandia no mercado mundial, particularmente na venda de minérios. Após a privatização, ela foi se instalando em outros países com unidades de extração mineral ou de comercialização. Mas seu capital paulatinamente foi se diversificando em termos de origens dos acionistas, aumentando a presença estrangeira e a composição deles, com fundos de investimentos/financeirização ganhando importância. Isso a configurou como empresa transnacional. Dois elementos são importantes para entender essa trajetória: (1) a grande expansão dos preços das *commodities* (nominada como *boom* das *commodities*) e a intensificação da extração mineral (definida por muitos analistas como neoextrativismo)⁹; (2) a financeirização de seu capital, acompanhando uma dinâmica presente nas grandes corporações mundiais.

De 2002/2004 a 2011 ocorreu intensa elevação dos preços dos produtos básicos, fenômeno nominado como *boom* das *commodities*. Ele foi seguido de uma forte retração até 2015 quando reiniciou uma dinâmica de elevação, com nova queda a partir de 2021. As importações mundiais de ferro somaram

⁸ Um investimento altíssimo, mas, analisando os preços no século XXI, eles saíram de US\$ 21,74 no ano 2000 e alcançaram US\$ 214,43 em junho de 2021. Numa conta rasteira, a média entre estes dois extremos é US\$ 118,09. Multiplicando isso por 90 milhões de toneladas num ano temos US\$ 10,63 bilhões.

⁹ O que contribuiria para a reprimarização da economia brasileira. Sobre esse tema e especificamente o papel da Amazônia nele ver Cooney (2024), Marques (2023a) e Trindade e Cruz (2024).

500 milhões de toneladas em 2001 e se expandiram progressivamente até 1,4 bilhão de toneladas em 2014. A oferta acompanhou a procura, partindo de 1,1 bilhão para 3,4 bilhões nesse período. Isso foi estimulado pela demanda chinesa que saltou de 18% para 67% das importações mundiais nos dois anos citados. Nos primeiros anos da década 2000, o preço da tonelada do minério oscilou na casa dos US\$ 20 e alcançou US\$ 187,18 em fevereiro de 2011 (Gráfico 1). Cresceu a participação das exportações de ferro na balança comercial brasileira, saltando de 6,8% em 2000 para 17,6% em 2011, para a qual muito contribuiu a intensificação da extração em Carajás. Igualmente, ocorre com a valorização do capital da Vale (Wamnderley, 2017).

Gráfico 1: Preço mensal do minério de ferro (Fe62) - US\$/ton. métrica seca, 2000-2024



Fonte: Thomson Reuters, Banco Mundial, Index Mundi (2025). Elaboração dos autores.

O *boom* das *commodities*, alimentado pela demanda chinesa, impulsionou a exportação de produtos primários (veja os números da Vale na Amazônia que citaremos mais à frente) e a constituição de empresas transnacionais, mas isso ocorreu reprimarizando essas economias periféricas exportadoras de *commodities*, de forma subordinada na divisão internacional do trabalho – o que reforçou a transferência de valor que historicamente marcou o subdesenvolvimento desses países.¹⁰

¹⁰ Transferência de valor analisada de forma consistente desde os anos 1960 pela Teoria Marxista da Dependência – veja Marini (2005), Osório (2017), Leite, De Paula e Corrêa (2022), Luce (1998). Trataremos desse tema em dados na seção cinco, ainda que por limitações de espaço, neste texto, não aprofundaremos a sua discussão teórica.

A elevação dos preços das *commodities* foi acompanhada da intensificação da extração e exportação mineral mundial, processo nominado como neoextrativismo. A definição de neoextrativismo, originada na América Latina, se refere ao fenômeno de extração mineral destinada à exportação, intensificada particularmente no início do século XXI. Essa definição não se limita à região, nem à mineração, incluindo outras atividades como o agronegócio. Gudynas (2009) afirma que ele é um modelo de desenvolvimento que busca expansão econômica a partir da apropriação dos recursos naturais de um país ou região. O Estado atua ativamente, mesmo que em associação com o capital privado. O modelo é defendido por governos diversos. Mesmo em governos “progressistas”, essa extração destina-se principalmente ao exterior e se concentra em produtos básicos, pequena diversificação e inserção subordinada nos mercados internacionais. Diante do progressismo, o extrativismo voltou a instalar a ilusão desenvolvimentista, traduzida na ideia de que, graças às oportunidades oferecidas pelo auge das *commodities* e, mais ainda, pelo papel ativo do Estado, seria possível alcançar o desenvolvimento (Svampa, 2019, p. 27). No início do século XXI, ele teria adquirido novas dimensões, apresentando continuidades e rupturas com o extrativismo histórica e estruturalmente presente na região.

Historicamente, a inserção da América Latina e particularmente da Amazônia no sistema mundial apoiou-se no extrativismo, levando correntes progressistas e de esquerda a denunciá-lo como gerador de desigualdade e pobreza. Contudo, governos progressistas no século XXI passaram a construir novo discurso, onde o extrativismo aparece como condição necessária ao crescimento econômico e ao combate à pobreza, principalmente durante o boom das *commodities*.¹¹

¹¹ A questão que levantamos é: as rupturas são tão expressivas para originar um novo fenômeno expresso na definição de novo (neo) ou estamos diante principalmente da intensificação de características já existentes, com a incorporação de algumas novas? Independente da resposta, o processo é expressivo e merece ser analisado.

O neoextrativismo, como afirmado, conta com apoio do Estado em ações em que se apropriam de recursos naturais locais os grandes grupos econômicos, configurando a espoliação:

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos [de acumulação primitiva e por espoliação], havendo consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado (Harvey, 2004, p. III e 121).¹²

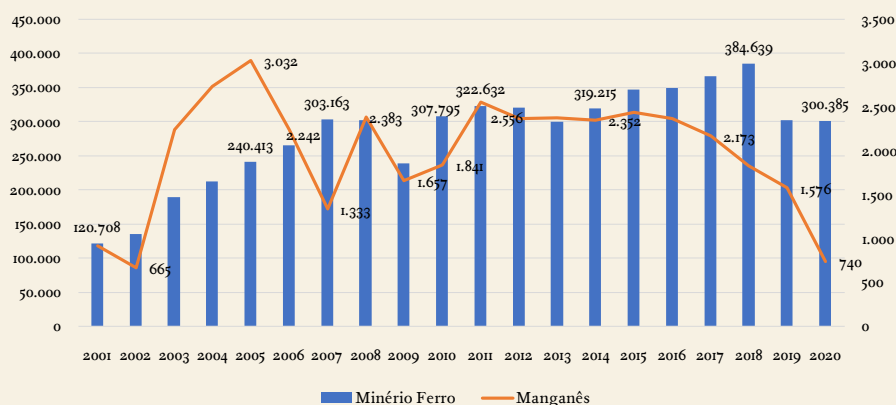
A presença do capital financeirizado no setor mineral e o peso das exportações para a China têm fortalecido a dinâmica primário-exportadora da Amazônia e o caráter da região como produtora de *commodities* – vide a participação da Vale no total das exportações amazônicas citada na seção dois deste texto. A empresa tem suas operações amazônicas no Sistema Norte: região de Carajás (minas) e São Luís-MA (porto de exportação Ponta da Madeira), além da EFC. As minas do Sistema Norte se dividem entre Serra Norte, Serra Sul e Serra Leste. Na Serra Sul há a mina e a usina de processamento S11D, inaugurada em dezembro de 2016, com capacidade inicial de extração de 90 milhões de toneladas ao ano. As atividades extrativas da empresa na Amazônia estão no Pará: minas de minério de ferro N4E, N4W e N5 (Parauapebas), S11D/ferro (Canaã dos Carajás), Onça Puma de extração

¹² Na definição de Harvey (2004) a acumulação por espoliação implica a reprodução atual dos processos que Marx caracterizou como acumulação primitiva: privatização da terra, expulsão violenta das populações locais, processos coloniais, escravização e outros mais, apoiados pelo monopólio estatal da violência. Assim, “todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia do capitalismo até nossos dias” e isso se associa à acumulação ampliada e à “financeirização” (p. 120-121). Mas faz a ressalva de que “parece estranho qualificar como ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento”. Por isso, adota o termo “acumulação por espoliação”. Acontece que, ao desenvolver o tema, Harvey inclui tantos casos, processos e elementos (ataques especulativos, neoliberalismo, agronegócio, fundos financeiros atuais, direitos de propriedade intelectual e patenteamento genético, mudança de legislação social etc.) nessa definição, ampliando tanto o escopo abrangido no que chama de espoliação que ela tende a perder a capacidade de captar a especificidade. Adotamos a definição de Harvey, mas de forma mais restrita, mais vinculada aos processos do que Marx nominou como acumulação originária.

de níquel (Ourilândia do Norte), mina de manganês Azul (Parauapebas), minas de cobre Salobo (Marabá) e Sossego (Canaã dos Carajás). Não é por outra razão que o Estado possui forte dinamismo do setor mineral com presença do capital transnacional (Borges, 2021).

A produção do minério de ferro da Vale apresentou trajetória crescente ao longo do período de 2001 a 2018, passando de uma extração anual de 120 milhões de toneladas ao ano, para 384 milhões de toneladas de minério de ferro ano, perfazendo um crescimento percentual médio de 6,65% ao ano. Na comparação entre a produção de minério de ferro da mineradora em 2001 com a produção de 2018, a expansão foi de 218,65% – conferir gráfico a seguir:

Gráfico 2. Produção de minério de ferro e manganês da Vale S.A., em mil toneladas 2001 a 2020

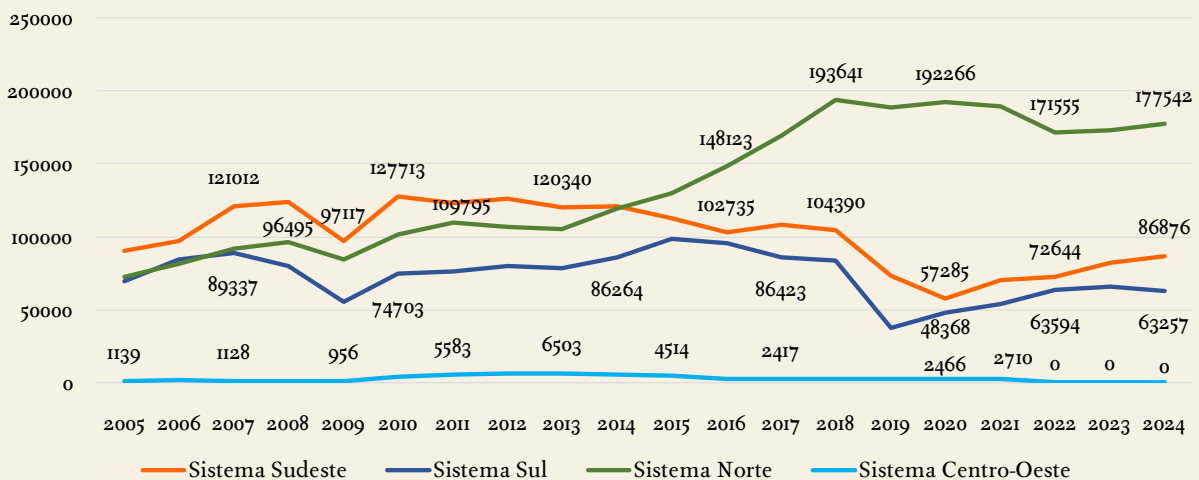


Fonte: Vale Relatório de Produção e Venda, 2001 a 2020. Elaboração dos autores.

O Gráfico 2 ilustra o peso do ferro nas atividades da Vale. Enquanto o minério de ferro atingiu uma produção em média de 281 milhões de toneladas no período de 2001 a 2020, o segundo minério mais produzido por ela no Brasil, o manganês, atingiu uma produção de aproximadamente 2 milhões de toneladas (Borges, 2021). Apesar de toda a diversidade mineral disponível à mineradora, ocorre a concentração de suas atividades no ferro – evidenciada não apenas pelos montantes extraídos, mas também pelo investimento. Foram aplicados US\$ 14,3 bilhões para a instalação de SUD.

Os anos 2010 marcaram uma mudança importante. O Pará superou Minas Gerais como principal centro produtor de ferro da Vale. Isso se deve à entrada em operação do SUD, maior complexo minerador e maior investimento da história da empresa. Essas informações evidenciam a magnitude da extração de ferro nas atividades da empresa. Essa produção vem sendo sustentada, de maneira crescente, no Sistema Norte (Carajás). O Gráfico 3 descreve os movimentos da extração do minério de ferro por cada um dos sistemas de produção da empresa:

Gráfico 3: Extração de minério de ferro pela Vale, por sistema de produção, mil ton. 2005-2020



Fonte: Vale Relatório de Produção e Venda, 2005 a 2020. Elaboração dos autores.

A produção do Sistema Sudeste (minas de Itabira, Minas Centrais e Mariana) registrou uma média de extração de ferro em torno de 102 milhões de toneladas e foi superada pelo Sistema Norte (Carajás: Serra Norte e Leste e SUD) em meados de 2013. Em 2024 as minas de Minas Gerais extraíram 150,2 milhões de toneladas, em Carajás foram 177,7 milhões de toneladas, o que corresponde a 487 mil toneladas ao dia extraídas do Pará.¹³ As minas da Amazônia são centrais para as atividades da Vale S.A. e determinantes na geração de lucros – de modo que os ganhos da mineradora tendem a depender mais da extração amazônica.

¹³ Outros dados mais detalhados podem ser encontrados em Souza (2024).

O fim do ciclo de expansão dos preços ocorrido até início de 2011 foi seguido de forte queda, tendo a cotação caído para US\$ 40 em dezembro de 2015. Isso impactou negativamente o preço dos papéis das grandes mineradoras. As ações da Vale se desvalorizaram 87,2% e da BHP Billiton 68,4%. O financiamento tomado durante o *boom* para comprar empresas/minas e montar novos empreendimentos se tornou enorme endividamento, que precisava ser diminuído drasticamente.¹⁴ As empresas passaram a diminuir investimento e/ou concentrá-los onde a rentabilidade seria maior, diminuindo a produção ou desativando minas menos rentáveis. Foi o que a Vale fez com a intensificação (1) em Carajás (implantando o S11D), dobrando sua capacidade de extração e alcançando algo próximo a 200 milhões de toneladas anuais (*vide* relatório de desempenho da empresa); e (2) em Mariana e Brumadinho, mas a um custo socioambiental terrível, produzindo muito mais resíduo. Isso gerou maior pressão sobre as barragens de rejeitos, que foram construídas com o método mais barato, aquele que usa a própria lama rejeitada para fazer as paredes de contenção. A possibilidade de rompimento era grande, e aconteceu. Por isso, não foi acidente. Foi crime.

Redução de custos operacionais, aumento da exploração de trabalhadores(as), demissões e venda de empreendimentos tomados como não estratégicos, foram outras medidas adotadas de modo a elevar a rentabilidade e manter seus papéis valorizados no mercado financeiro, respondendo à pressão de seus acionistas por maiores lucros. A Vale, entre outras negociações, alienou seu setor de fertilizantes, desfez uma sociedade com a ThyssenKrupp, vendeu seu segmento de carvão mineral (mina Moatize em Moçambique e o corredor logístico Nacala em Moçambique e Malawi) e negociou parte de sua frota de navio (nesse último caso, levando em consideração também a pressão de alguns países interessados em ganhar com esse serviço).

Esse tipo de transação não é novidade. A questão é a intensidade, acelerando algumas negociações que já estavam no horizonte ainda no *boom*

¹⁴ Dívida que seria de US\$ 25 bilhões em fins de 2016 e deveria ser reduzida em dois anos para US\$ 10 bilhões, segundo suas metas (Aguar, 2022).

dos preços. Em 2011 a Vale repassou o controle acionário do complexo Albrás-Alunorte (e da mina de bauxita de Paragominas/PA e do projeto da refinaria CAP) para a Norsk Hydro, transnacional cujo principal acionista é o governo norueguês. A nova proprietária anuncia que a Alunorte é a maior fábrica de produção de alumina (estágio anterior ao alumínio primário) do planeta. Em 2010, a Vale já havia vendido a mineradora Pará Pigmentos S.A. (PSSA), instalada no Pará para extrair caulim, para a Imerys (belgo-francesa) (Marques *et al.*, 2023). Em dezembro de 2023, a companhia vendeu sua participação de 40% na Mineração Rio do Norte (Oriximiná-PA) para uma subsidiária da Hydro (a Vale era a majoritária). A MRN afirma ser a terceira maior produtora de bauxita do mundo.

Isso seguiu sua nova estratégia de focar na atividade em que tinha maior domínio técnico-produtivo-comercial, o ferro – o que se nomina de *core business*. Mas também decorreu da necessidade de responder aos interesses de curto prazo dos acionistas de mercado, fazendo com que a empresa caminhasse ainda mais para a financeirização de seu capital (Marques, 2023; Borges, 2021), o que pode ser evidenciado na intensificação das negociações diárias de seus títulos no Bolsa de Valores de São Paulo e seu novo mercado B3 (*vide* Gráfico 4 na seção seguinte).

4. Financeirização e transnacionalização do capital da Vale

Diferente da simples internacionalização, a transnacionalização pode ser entendida como a fusão (por compra, associação, instalação e outros processos) e a integração funcional de capitais em diversos países, gerando processos de produção e acumulação em nível mundial.

A exploração e a comercialização mundial do minério de ferro são controladas por quatro grandes empresas: Vale, Rio Tinto, BHP Billiton e Fortescue. Este oligopólio é resultado, entre outros, da concentração e centralização de capital, tal qual expôs Marx (2017) – o que nos permite analisar duas características da valorização ampliada dos capitais das empresas mineradoras.

A primeira característica, relacionada à valorização do capital da empresa Vale S/A, corresponde à intensificação do processo de exploração, transporte e exportação mineral. Essa análise diz respeito à acumulação produtiva associada à extração de mais-valor/mais-valia, a partir da relação capital-trabalho no sistema mina-ferrovia-porto.

Essa acumulação é resultado da intensidade de uso do capital industrial da Vale, de modo que o avanço da acumulação está relacionado ao aumento da composição orgânica de capital (c/v). A própria natureza da exploração de metais (particularmente não “nobres”) exige um montante crescente de capital para iniciar a operação. O capital no setor mineral já se apresenta concentrado, centralizado e oligopolizado. Também há apropriação de lucro originado em outras esferas, como é o caso da renda diferencial mineral e dos ganhos de direito de propriedade, tal como tratados por Harvey (2013) e Paulani (2016, 2017a, 2017b).

A segunda característica corresponde à valorização artificial do capital da empresa Vale S/A, vinculada à financeirização, propiciando um regime de acumulação fora da produção direta de mais-valor. Essa valorização corresponde aos ganhos no mercado financeiro (com a captação de capital financeirizado e emissão de títulos). Obtêm-se receitas originárias de setores não produtivos ou simplesmente que geram riqueza fictícia, especulativa.

Em síntese, o ciclo de valorização do capital da Vale se baseia na força de trabalho e na extração de mais-valia. Outra forma de valorização são operações efetuadas no mercado financeiro. Mas a renda proveniente das operações financeiras não corresponde ao processo de valorização do capital (produtivo), pois não se gera valor na esfera especulativo-rentista.

O ciclo do capital, D-M-D', que pode ser apresentado também como $D - M < \frac{FT}{MP} \dots P \dots M' - D'$ (capital industrial), é capital-dinheiro (D) que se transforma em meios de produção (MP) e força de trabalho (FT) que entram em produção (capital produtivo), originando uma nova mercadoria (M', capital mercadoria) já acrescida de mais trabalho. Ao ser vendida por

seu valor, a nova mercadoria se transforma numa massa de dinheiro (D') superior àquela inicial. A valorização ocorreu no processo de produção e a partir da apropriação do trabalho excedente do(a) trabalhador(a). Mas esse circuito todo é muito tenso ao capital (Marx, 2017). O capitalista enfrenta trabalhadores e outros burgueses. Se o capitalista não conseguir vender sua mercadoria, perderá capital. Assim, o ciclo ideal ao capital seria $D-D'$, dinheiro que se transforma em mais dinheiro, sem passar pela produção. Isso ocorre por meio da financeirização do capital.

Lênin (1989), no início do século XX, definiu capital financeiro como uma forma superior de capital que controla a indústria e o banco ao mesmo tempo. Desde então, muitas transformações ocorreram, entre as quais a longa fase de crescimento nominada como anos dourados (Hobsbawn, 1995) e seu esgotamento nos anos 1970. Diante da queda das taxas de lucro, as respostas envolveram a flexibilização da produção e do trabalho, incorporação tecnológica, mundialização-globalização, desregulamentação dos mercados de capitais e deslocamento de capitais para a valorização financeira (de títulos) (Chesnay, 1996; Harvey, 1996). É essa forma específica que se nomina atualmente como capital financeiro.

Acontece que a expressão capital financeiro é usada para se referir a muitas manifestações, inclusive ao capital a juros, que é um capital improdutivo, mas não é parasitário porque cumpre função na produção-circulação do capital industrial. Carcanholo e Nakatani (2015) e Nakatani (2015) criticam esse uso indiscriminado do termo, propondo alternativamente a definição de capital especulativo parasitário. O capital fictício (títulos públicos e privados, debêntures, ações...) se torna parasitário e seu movimento independe do capital industrial, quando seu ganho passa a ocorrer nos mercados especulativos. Por isso é capital especulativo parasitário. Ele é capital fictício quando ultrapassa os limites normais da reprodução do capital industrial. Não produz valor, nem contribui para essa produção, mas se apropria crescentemente do excedente de valor criado na produção. Ele subordina as demais formas de capital, que passam a operar também prioritariamente

de maneira especulativa (Carcanholo e Nakatani, 2015). É válida a precisão de Carcanholo e Nakatani, mas, por conta da generalização do termo capital financeiro (e financeirização), continuamos usando-o, porém com o conteúdo de se referir ao capital que se remunera nos circuitos financeiros e principalmente em função dos lucros especulativos. Por isso, é importante olhar rentismo e *assetização*.

A financeirização é mais do que apenas o protagonismo do setor financeiro *stricto sensu* (bancos e corretoras de valores mobiliários, por exemplo), pois se relaciona também ao comportamento da empresa de produção: compulsão por ganhos de curto prazo e a transformação da sua administração num “centro de lucro”, o que inclui até a forma como se remuneram os gestores. A financeirização é a face mais expressiva do processo em que rendimentos derivados da propriedade se sobrepõem aos rendimentos decorrentes da produção (da geração de valor novo e de mais-valia), de modo que o processo de acumulação se torna progressivamente mais rentista, ensejando crescentemente a “criação de ativos que são constituídos pura e simplesmente da compra, ou contratação, de fluxos futuros de rendimentos” (Paulani, 2024, p. 106).¹⁵ Assim, ganha evidência o processo que transforma diversos tipos de coisas em ativos. A isso se nomina de *assetização*. Nesses termos, segundo Leda Paulani, geração de capital fictício, assetização e acumulação por espoliação se relacionam no capitalismo financeirizado do século XXI.

A acumulação de capital na mineração da Amazônia pela Vale tem se sustentado na valorização decorrente da exploração mina-ferrovia-porto (e da apropriação do trabalho excedente). Mas, para além da região, ocorre valorização fora da esfera produtiva – é o caso do aumento do valor de mercado das empresas a partir de transações financeiras. Com a financeirização, as

¹⁵ “Nesse regime de acumulação rentista, os ativos intangíveis (marcas, patentes, direitos de propriedade, know-how etc.) têm mais importância que os ativos físicos (instalações, máquinas, equipamentos, ferramentas). Ademais, por meio de distintos arranjos financeiros (fundos, consórcios, *private equities*, *holdings*), a propriedade vai se distanciando de forma crescente do processo de produção em si, qual seja, aquele capaz de produzir valor novo e valor excedente. E a separação entre os dois mundos vai ficando cada vez maior, na medida em que os grandes grupos de capital se dedicam hoje fundamentalmente a gerir seus ativos intangíveis, terceirizando a produção propriamente dita” (Paulani, 2024, p. 103).

estruturas econômicas passaram a ser subordinadas aos retornos rentistas a acionistas em curto prazo. As decisões corporativas se concentraram na maximização do dividendo, fortalecendo o rentismo, advindo das aplicações financeiras. Isso passou a desempenhar papel disciplinador no âmbito das decisões corporativas, condicionando as estratégias empresariais dos conselhos administrativos. A separação entre administração e propriedade das corporações exerceu papel normativo mais intenso.

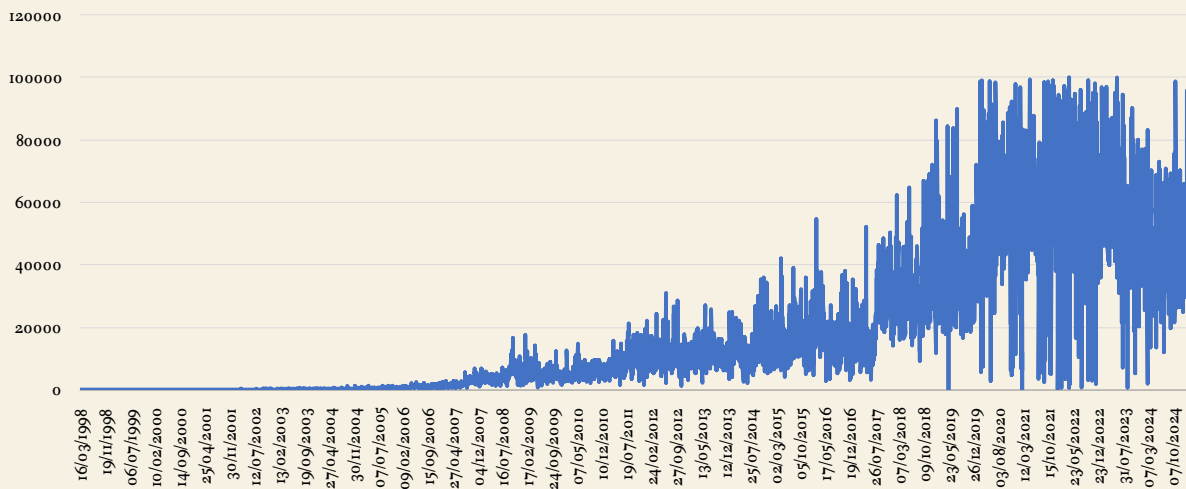
Os quadros dirigentes das corporações transnacionais financeirizadas passaram a ser recompensados em função da sua capacidade de maximizar o preço das ações empresariais que representam. Os gestores (conselho de administração e diretoria) dessas empresas subordinam seus interesses aos dos acionistas (Mansur e Santos, 2019; Borges, 2021). Esse novo ordenamento concentra esforços muito mais na dimensão dos retornos financeiros do que nos ganhos produtivos, redefinindo a concepção de eficiência corporativa.

A estratégia corporativa financeirizada assume aspectos concretos ao observar os requisitos para participar do novo mercado da bolsa de valores B3, como pode ser visto na introdução das ações da Vale S.A. (Vale3) nesse mercado. Essa entrada estava condicionada a três níveis de mudanças essenciais. A tríplice exigência correspondeu ao estabelecimento de elevados níveis de *disclosure*, ou seja, demonstração de transparência pertinente às situações econômicas e financeiras da empresa, além do fortalecimento da governança corporativa e a transformação dessas empresas numa *True Corporation*, a saber, empresa sem um controlador definido.

A adesão a essas exigências modelou a forma de valorização do capital, pois elas se tornaram fundamentos para transformar empresas do setor produtivo em geradoras de ganhos financeiros. A arquitetura financeira arranjada pelas exigências à entrada de empresas de capital aberto ao novo mercado da bolsa de valores B3 constituiu um espaço propício para valorização na esfera financeira, vista no crescimento da liquidez das ações (facilidade de negociação e preço alto) e na proteção de investidores (aplicadores) minoritários. Após a Vale S/A assinar o acordo de acionista em 2017 que

a transformou numa *True Corporation*, as ações Vale3 apresentaram uma trajetória de cotação e negociação crescente (Gráfico 4). Na data da assinatura do acordo, a cotação da ação Vale3 registrava o preço de R\$ 36,00 (20/02/2017), atingindo elevados níveis de preço, orbitando em torno de R\$ 115,00 em 06/05/2021:¹⁶

Gráfico 4: Número absoluto de transações diárias da ação Vale3 de 1998 a 2024



Fonte: Oceans I 4. Elaboração dos autores (2025).

A participação de número crescente de indivíduos (aplicadores) no mercado financeiro a fim de manter elevada quantidade de negociações se torna medida perseguida pelo novo mercado B3, objetivando patamares de liquidez para as ações negociadas. As medidas de proteção aos investidores minoritários buscam estabelecer um arranjo que lhes possibilite a participação em massa. Porém, o resultado “líquido” dessa medida concentra-se no mecanismo de gerar liquidez às ações, como ocorreu com a Vale3. Mas, na medida que a especulação é fundamental nesses mercados, a empresa tem que dar sinais permanentes de que seu desempenho é muito produtivo. Nesse sentido, a intensificação da extração mineral em Carajás e, particularmente,

¹⁶ Chama a atenção que tal elevação do preço ocorreu no contexto de pandemia da Covid-19 e sob os efeitos de dois crimes praticados pela empresa: o rompimento das barragens de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019), ambos em Minas Gerais (Borges, 2021).

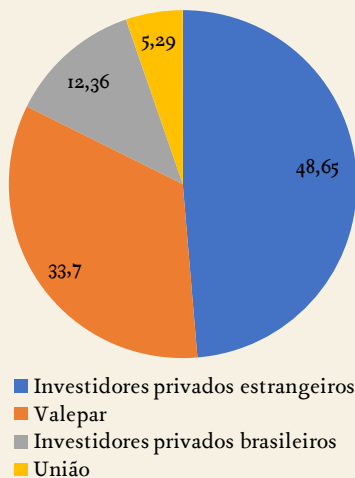
a operação de SUD, se torna crucial. Amplia a extração a baixo custo, sinalizando elevados ganhos de rentabilidade da produção, estimulando as transações dos títulos da empresa no mercado, ou seja, a especulação.

Setor produtivo e capital fictício-especulativo se associam, com prevalência do segundo. Além de recorrer às agências e bancos, para captar dinheiro para a construção do novo ramal ferroviário em Carajás (viabilizando em SUD) a Vale emitiu papéis no mercado. Em 2014, títulos para esse fim, na forma de debêntures (títulos de dívida), somavam R\$ 1 bilhão (Góes, 2014). Esse meio se tornou comum. Em maio de 2025, a empresa anunciou a 11.^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no total de R\$ 6 bilhões (Vale, 2025b).

Como esse processo até aqui descrito se efetivou em termos de composição acionária? A participação do governo federal no capital ordinário e nas decisões da Vale foi sendo ampliada nos governos do PT, nos anos 2000. Na privatização, o consórcio Valepar acumulou a maior parcela das ações ordinárias (que têm poder de decisão). No consórcio, Benjamin Steinbruch se destacava, mas também controlava a CSN, concorrente da Vale. Isso gerou tensões que redundaram na sua saída e na expansão dos fundos de pensão no controle da empresa. A partir da negociação das ações de Steinbruch, o Litel se tornou majoritário no Valepar. Ele era formado por fundos de pensão de empresas do Estado. A Previ (caixa e previdência dos funcionários do Banco do Brasil) reunia a maior parcela de suas ações (80%), seguido por Funcef, Petros e Funcesp (composição de 2017, anterior ao novo acordo de acionistas). O Valepar era composto por Litel (49%), Bradespar (21,21%), Mitsui (18,24%), BNDESPar (11,51%) e Eletron S.A. (0,03%). Ele controlava 33,7% do capital total da Vale, que em janeiro de 2017 já contava com 48,65% em mãos de estrangeiros (mas até então principalmente como ações preferências, sem poder de voto). Quanto ao capital ordinário, o Valepar dispunha de 53,88% das ações (veja os gráficos a seguir), lhe permitindo definir o

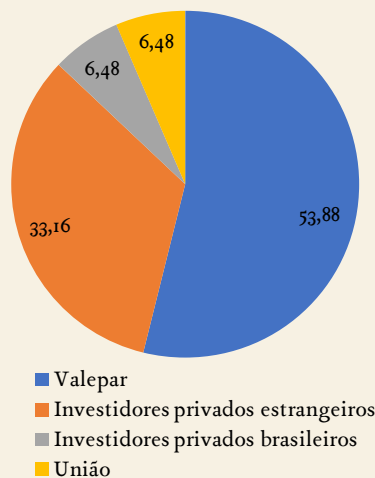
¹⁷ E que proibia a venda, cessão ou transferência das ações ordinárias que originaram o Valepar (Aguilar, 2022).

Gráfico 5: Capital total da Vale, jan. 2017



Fonte: Vale S.A. (2017); Aguiar (2022), formatação autores

Gráfico 6: Capital ordinário da Vale, jan. 2017



Fonte: Vale S.A. (2017); Aguiar (2022), formatação

presidente e as estratégias de mercado da Vale. Isso decorria do acordo de acionistas de 1997 e que durou até meados 2017:¹⁷

Os fundos de pensão buscavam valorizar o dinheiro que trabalhadores depositavam para aposentadoria futura. Sua administração passou a ser compartilhada entre governo e representações sindicais. Eles, então, participam de processos de financeirização, oligopolização e transnacionalização a partir da aquisição de ações de empresas.¹⁸

Em novembro de 2003, o governo aumentou sua presença no capital da empresa, concretizando a aquisição dos 11,6% do InvestVale pelo BNDES. Tinha como finalidade impedir que a Mitsui aumentasse sua participação no capital da Vale e atingisse um nível de controle acima de 25% do total do capital da empresa, pois, dessa maneira, a Mitsui teria a possibilidade de exercer o poder de veto sobre as decisões estratégicas da corporação (Costa, 2015). Essa participação governamental voltou a aumentar em abril de 2011, quando os fundos de pensão (Previ, Petros e Funcef) e

¹⁸ A burocracia sindical se associa à acumulação financeirizada, buscando valorizar os recursos dos fundos, mesmo que pela especulação. “A poupança do trabalhador [...] está sendo usada para financiar o aumento da exploração do trabalho e da degradação ambiental” (Bianchi e Braga *apud* Aguiar, 2022).

o Bndespar (BNDES) passaram a ter em conjunto o controle majoritário do capital da Vale S.A. Esses fundos de pensão reunidos na *holding* Litel junto com o Bndespar acumularam 67,5% do capital total da Valepar. Foi um avanço da posição do governo no controle e nas decisões da empresa, visto que, logo após sua privatização, o Bndespar e a *holding* Litel tinham, juntos, 35% (Vale, 2011).

Mas a derrubada do governo Dilma e a ascensão de um governo golpista, ainda mais subordinado ao capital transnacional e à precarização do trabalho, impuseram profundas alterações no capital e na estratégia de mercado e de produção da Vale. Interessava ao novo governo repassar ao mercado as ações de que dispunha. Isso se somou à perda de rentabilidade do capital em função da instabilidade dos preços minerais do período pós-*boom*. Em 2011, a Vale pagou US\$ 9 bilhões em dividendos a seus acionistas, reduzidos a US\$ 4,5 bilhões (2013) e US\$ 1,5 bilhão (2017) – tendo distribuído em 2016 “apenas” US\$ 250 milhões, em função do rompimento de barragem em Mariana (Milanez et al., 2018). Essa queda de rendimento também levou os fundos de pensão a buscarem outras formas de remunerar seu capital, dada a necessidade de liquidez para pagar pensões e a corrida por valorização de curto prazo. Abria-se, assim, a possibilidade de negociação de parte das ações em mãos desses fundos.

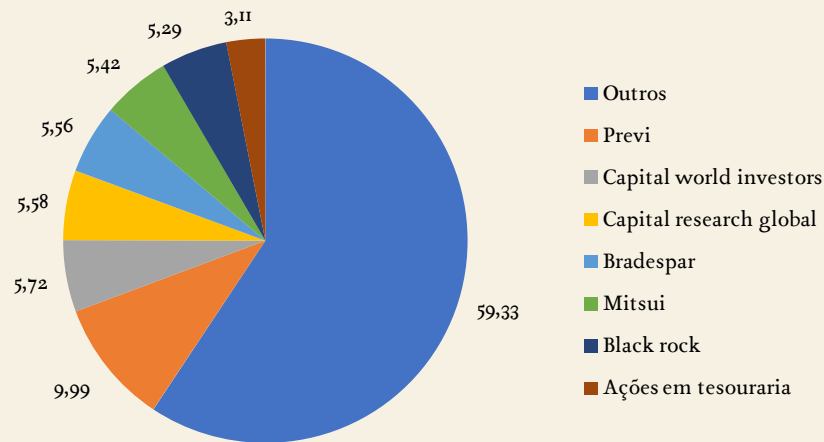
Diante do seu endividamento¹⁹ e das mudanças em curso em seu capital, a estratégia financeira da empresa concentrou-se em: (a) fluxo de caixa, decorrente das vendas minerais e dos seus preços (fluxo instável, tal qual os preços); (b) oferta de papéis ao mercado (títulos de renda fixa e debêntures); (c) empréstimos e outros instrumentos de aquisição de recursos, crescentemente no setor privado e no exterior (Milanez *et al.*, 2018), mas sem descartar, ao contrário, os vantajosos créditos público-governamentais brasileiros.

Diante deste cenário e do fim do prazo de validade do acordo de acionista de 1997, novo acordo foi negociado em 2017. Ele definiu uma nova governança

¹⁹ Que foi acrescido com a paralisação temporária de parte das minas e com os custos decorrentes do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho.

corporativa, incorporando (ou dissolvendo) o Valepar na Vale e tornando as

Gráfico 7: Capital ordinário da Vale, jan. 2017



Fonte: Vale S.A. (2017); Aguiar (2022), formatação dos autores
Obs. União: 12 ações golden shares (ações com poder de veto)

ações preferencias em ações ordinárias, dando poder de voto aos acionistas minoritários e preferenciais de até então:²⁰

A composição do capital da Vale S.A. foi pulverizada, tendendo a uma empresa sem controlador definido (*true corporation*) - veja Gráfico 7. Também cresceu a participação do capital estrangeiro, movimento que já vinha de antes do acordo de 2017, mas agora com poder de decisão. Acredita-se que isso facilita acesso a mercados financeiros. Ganharam espaços os fundos

²⁰ Os acionistas ordinários receberam uma compensação financeira. As ações seriam unificadas como ordinárias. Segundo a Vale, isso seria exigência para a entrada no novo mercado B3. Três regras eram exigidas: capital exclusivamente com ações ordinárias; isonomia no preço de negociação das ações entre minoritários e controladores; mínimo de 25% de ações em *free float*, circulação livre (BM&FBovespa *apud* Santos, 2017). Com as negociações e o novo cenário, a partir de 2020 ações do que fora o Valepar passaram a circular livremente.

²¹ Capital World e Capital Research fazem parte do Capital Group, originário nos EUA, que anuncia que gere fundos no total de US\$ 2,8 trilhões (31/12/2024). O BlackRock também em 2024 geria US\$ 11,551 bilhões. Ambos tinham participação acionária na BHP e na Rio Tinto, concorrentes da Vale. A participação destes fundos na Vale pode ser maior que estes percentuais do gráfico, na medida em que podem se fazer presentes por outros meios (sob outras nomenclaturas) em participações percentuais pequenas. Góes e Rosas (*apud* Aguiar, 2023) afirmaram que em maio de 2021 o Capital Group detinha 17% do capital da mineradora.

financeiros transnacionais (marcados pela valorização especulativa e participação em inúmeras empresas, inclusive concorrentes da Vale) – *vide* Capital World; Capital Research e BlackRock.²¹ As medidas do acordo de acionista de 2017 e concretizadas em novembro de 2020 também objetivavam impedir as ingerências do governo federal nas decisões estratégicas da empresa, entre as quais na definição de seu presidente.²² Para os liberais, ela seria uma empresa “paretatal”. Portanto, a transformação da Vale numa empresa sem controlador definido estabeleceu o arranjo necessário para a promoção das estratégias financeirizadas, consolidando-a como corporação transnacional. Ainda que dependente do ferro brasileiro, a Vale se apresenta como empresa global, aumentando o poder do capital estrangeiro sobre suas decisões, minimizando a importância das necessidades do país.²³

Essa arquitetura financeira passou a orientar os objetivos do conselho de administração da Vale, buscando maximizar valor ao acionista, movimento característico das grandes empresas corporativas transnacionais. Sendo assim, essas empresas passaram a organizar seus processos produtivos não apenas para satisfazer os indicadores de produção, mas prioritariamente as expectativas do mercado de capitais. Com a concepção produtiva priorizando retornos financeiros, as medidas de governança corporativa passaram a enfatizar os movimentos *short-termims*, ou seja, operações concentradas no curto prazo e priorizando o lucro imediato (Borges, 2021; Aguiar, 2022; Marques, 2023a).

5. Processos de espoliação e saque

²² Uma empresa é contratada para elaborar uma lista tríplice, da qual os membros do conselho de gestão escolhem o presidente. Assim ocorreu em 2024 quando encerrou o mandato de Eduardo Bartolomeo, substituído por Gustavo Pimenta. O presidente da República Lula da Silva, sem sucesso, havia tentado colocar o ex-ministro da Economia Guido Mantega na presidência da Vale. O conselho de gestão também passou a contar com representantes de acionistas minoritários e com conselheiros independentes.

²³ Santos (2017) acredita não ser despropositado supor uma possibilidade futura de desmembramento organizacional ou até transferência da sede da empresa para um país central, como já fez a Anglo American, se transferindo da África do Sul para a Grã-Bretanha.

A concorrência oligopólica entre as grandes mineradoras eleva a composição orgânica do capital (c/v), aumentando o investimento em máquinas (capital constante) e reduzindo o que se destina a pagar pela força de trabalho (capital variável). Ainda que isso possa significar uma queda futura da taxa de lucro, as empresas que inovam (a partir da incorporação tecnológica) conseguem um aumento de produtividade no curto prazo em relação às que não inovaram, permitindo se apropriar de mais-valia extraordinária. O resultado é que se exige um montante cada vez maior de capital para iniciar cada ciclo produtivo, reforçando a oligopolização.

O empreendimento S11D foi o maior investimento da história da Vale. Nele, o transporte mineral da extração até a ferrovia é feito por esteiras e não por caminhões, dispensando motoristas e auxiliares. Outros processos mais foram mecanizados, com equipamentos de maior poder extrativo. O empreendimento iniciou suas atividades já com capacidade de extração de 90 milhões de toneladas de ferro ao ano. No caso de Parauapebas, esse montante só foi alcançado depois de duas décadas do início da operação.

A empresa também busca e auferir lucros extraordinários por outros meios. Ao abordar a renda fundiária, Marx afirmou que “a renda da mineração propriamente dita é determinada exatamente do mesmo modo que a renda agrícola” (Marx, 2017, p. 835). É uma renda suplementar decorrente das condições dos solos/minas e de determinados investimentos. Em relatório apresentado à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA em 28/5/2025 a Vale informou que, pelo levantamento de 2024, em Minas Gerais o teor máximo inferido chega a 42,3%. Em Carajás, as minas têm maior concentração mineral, mais hematita, alcançando 66,4%²⁴ (Vale, 2025). Na Austrália o teor é em torno de 62% e na China a concentração mineral é muito baixa. O ferro de Carajás fica na superfície, diminuindo custos de cava, de deslocamento de laterita e de outros resíduos de extração. Disso deriva a renda diferencial I. Já o investimento em mecanização, duplicação da ferrovia, trens maiores,

²⁴ Esses percentuais, assim como as previsões de esgotamento das minas, na medida em que são estimativas, vão se alterando de ano a ano.

parques de limpeza-secagem mineral e portos-navios de maior capacidade de carga é incorporado ao território, proporcionando aumento de produtividade, além de diminuir custos de transporte até os principais importadores, particularmente os chineses. Dada a distância, minério de Carajás alcança até mais de 40 dias de transporte até a China, o australiano nove dias. Isso tem que ser mais que compensado não apenas pelas condições que geram a renda diferencial I, mas também nesses investimentos que originam a renda diferencial II – como é o caso da duplicação da ferrovia. Isso cria condições para a obtenção de lucros extras:

Quando a demanda internacional pelo ferro (e outros minérios e grãos produzidos na Amazônia) aumenta, outras terras e minas menos férteis ou menos produtivas tendem a entrar em produção, aumentando a diferença entre as melhores (das quais as minas amazônicas fazem parte) e as piores. Essa maior diferença significa que a renda fundiária pode aumentar, beneficiando ainda mais a empresa Vale e outras mineradoras assentadas na região. Na medida em que controlam tudo (ou quase), essas companhias têm condições para se apropriar do lucro médio, do lucro extra e da própria renda fundiária (Marques, 2023, p. 265).

O minério de alto teor negociado nos mercados internacionais, particularmente o chinês, tem um percentual de 62% de ferro (Fe62). O minério de Carajás, pelos dados da própria Vale, supera 66%. O chamado minério de ferro premium é aquele com 65% de teor (Fe65). Pois bem, além de superar os 65%, o ferro de Carajás, segundo informações da consultoria Alvarez e Marshal Brasil (Invest News, 2024), correspondeu a 44% do total de minério de ferro premium negociado no mercado mundial em 2024.²⁵ Esse minério premium produz mais aço por cada tonelada de ferro bruto, consome menos energia (menos carvão mineral é queimado) e gera menos rejeito (além de, em tese, menos gases produtores do aquecimento global). Isso faz com que seu preço seja mais elevado que os minérios de menor teor. A

²⁵ Uma parte desse minério também é usada pela Vale para ser misturada ao ferro de Minas Gerais, de modo a elevar seu teor e chegar a 62% (que é o ferro mais negociado no mundo) – no caso da Vale essa mistura é conhecida como BRBF (*Brazilian Blend Fines*).

depender da demanda, seu preço pode ser negociado entre 10% e 15% a mais que o Fe62. Esses dados reforçam a discussão sobre a renda mineral. Então, a Amazônia estaria ganhando uma renda de fora, já que a renda mineral significa que as minas/regiões menos produtivas acabam transferindo valor para as minas/regiões mais produtivas? Em tese, sim, mas, quando cruzamos essa informação com a composição acionária da Vale, isso se complica. Veremos mais à frente.

Os investimentos e estratégias de mercado da Vale reforçam a concentração e centralização de capital e a crescente extração mineral pela empresa, mais concentrada no Sistema Norte (Amazônia), associado aos ganhos advindos da renda mineral. Isso também cria ambiente melhor à implementação das estratégias corporativas financeirizadas, atraindo “investidores”, captando financiamento, mas redefinindo objetivos com vistas a retornos em prazos menores, o que impõe maior velocidade de extração (e da rotação do capital), mas também esgotamento das minas mais rapidamente. A isso se somam as diversas formas de aumentar a exploração de seus(suas) trabalhadores(as).

Os ganhos da empresa também decorrem da isenção de impostos e de outros favores estatais. O preço é uma expressão do valor da mercadoria, mas não necessariamente exata. Ele pode estar acima ou abaixo do valor. Vejamos o caso da Vale na Amazônia. A isenção da cobrança do ICMS (lei Kandir) sobre sua exportação permite vender sua mercadoria por um preço menor no mercado internacional, mantendo suas margens de lucro e ganhando consumidores de suas concorrentes.²⁶ Ela pode até mesmo

²⁶ A mais-valia produzida é dividida entre o capitalista industrial, outros capitalistas (banqueiros, comerciantes...) e o Estado na forma de tributos. Uma empresa que recebe uma isenção de 20% de impostos ganha um diferencial se comparado às suas concorrentes (desde que não tenham obtido esse benefício). Seu ganho, a parte da mais-valia valia que lhe cabe, não está nos 100% completos, mas nos 80% (supondo que a mais-valia se divide somente entre Estado e a empresa em questão). Por isso, vender a mercadoria por apenas 80% do seu valor não significa perda de mais-valia ou redução de lucros dela (os outros 20% pertenciam ao Estado). Mas, ao ser exportada nessas condições, isso significa transferência de valor da região para outro país. Vende-se uma mercadoria que tem 100% de valor e recebe-se um montante na forma de dinheiro correspondente a apenas 80% (tomando-se como hipótese que o preço esteja equivalente ao valor). O importador paga 80% e recebe 100%.

reduzir o preço numa proporção menor que o percentual da isenção fiscal. Com isso, aufero lucro extra e mesmo assim ganha mercado. Por meio da isenção, o Estado deixa de receber a parcela da mais-valia que lhe cabia. A mercadoria vendida por um preço nessas condições se transforma em transferência internacional de valor. Os países compradores recebem uma massa de valor, mas pagam um preço inferior a esse montante. A empresa transnacional (de origem estrangeira ou brasileira – como a Vale) instalada na região ganha, as nações dominantes ganham, o Brasil e a Amazônia perdem.

Os *royalties* cobrados no Brasil sobre a extração de ferro são a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), que chega ao máximo 3,5% das vendas (e sobre isso ainda são descontados outros tributos), ficando com o município minerador no limite 2,1% (o restante vai para outras destinações). As mineradoras argumentam que pagam diversos tributos: imposto de renda, taxas estaduais e outros mais. Vejamos. Estudo de Enriquez (2021), encomendado pelo Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará, constatou que no Brasil em torno de 80% do valor da produção mineral brasileira (VPMB)²⁷ são exportados e, por isso, isentos da cobrança do ICMS e PIS/Cofins.²⁸ Pelos dados do estudo, em média, a Vale recolhe em tributos apenas 9% do valor de seu faturamento, o que significa que o percentual recolhido sobre o produto exportado é bem menor, já que nestes 9% incidem tributos da comercialização dentro do país e que não são cobrados na exportação.²⁹ No caso paraense, que exporta em torno de 90% de sua produção mineral, a carga tributária sobre o valor da produção mineral fica entre 4% e 5%.

²⁷ Nesse caso, valor como montante e não como categoria teórica.

²⁸ A título de comparação, os consumidores residenciais do Pará, em suas contas de energia elétrica, em 2025 pagam ICMS de 19%, PIS de 0,91% e Cofins de 4,20%, totalizando 25,11% do total da fatura.

²⁹ Em alguma medida, isso se transforma num estímulo à desindustrialização ou reprimarização, pois se estimula a exportação de produtos básicos ou semimanufaturados, enquanto a industrialização local tende a ter menos isenção (comparada à venda mineral para o exterior).

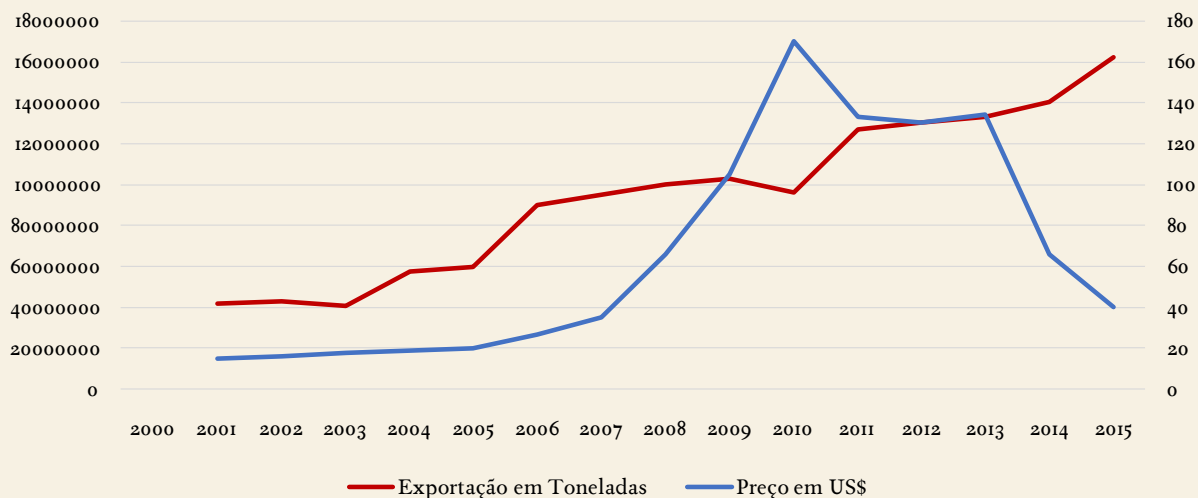
As principais concorrentes da Vale no mercado mundial do ferro estão na Austrália. Nesse país os *royalties* sobre o ferro chegam a 7,5% da receita bruta das vendas. Ainda pelos dados reunidos por Enriquez (2021), a carga tributária sobre o ferro na Austrália alcança 44%, o mesmo percentual que incide sobre a bauxita metalúrgica explorada naquele país. Comparemos com outro país, mais próximo do Brasil. O principal minério extraído no Chile é o cobre e sobre ele incide 35% de impostos. Constatamos não apenas a desproporção do Brasil para outros países, mas também uma indicação da ocorrência da transferência de valor.

O capital se divide entre capital constante (matéria-prima, máquinas, instalações...) e capital variável (pagamento pela força de trabalho). A venda de matérias-primas amazônicas a preços rebaixados, por conta da isenção fiscal, baixo custo de extração ou por outros processos, contribui para reduzir o custo do capital nas economias centrais, contribuindo para elevar a rentabilidade do capital, a acumulação ampliada, e ajudando a contrabalançar a tendência decrescente da taxa de lucro (geradora de crises econômicas).³⁰

Diante do fim do *boom* das *commodities*, a Vale buscou minimizar os impactos negativos da queda dos preços do ferro e as possíveis implicações disso em suas ações e em maiores dificuldades de captação de recursos nos mercados financeiros. Ela concentrou a extração em minas mais produtivas e de maior teor mineral e buscou vender uma quantidade elevada de minério, mesmo que a preços rebaixados. Com seu capital financeirizado, os resultados de curto prazo passam a ter peso maior na política da empresa, que busca manter elevada a remuneração de seus

³⁰ As exportações de produtos agrícolas e pecuários nessas condições também contribui para essa dinâmica, na medida em que ajuda a reduzir o valor da força de trabalho nas economias centrais, e, por isso, o montante do capital variável necessário à produção.

Gráfico 8 - preços do minério de ferro e exportações de ferro do Pará



Fonte: Vale – Metal bulletin: www.mbioi.com; MDIC; indexmundi.com. Elaboração dos autores.

Obs. China import iron ore finess 62% Fe spot (CFR Tianjin port), dólares americanos por tonelada métrica seca

acionistas. Acontece que isso acelera o esgotamento mineral. O gráfico a seguir demonstra que, diante da queda dos preços, a Vale acelerou a extração e exportação do Pará:

Essa estratégia de mercado, vendendo maior quantidade de minérios a preços menores (veja o próximo gráfico), também visava quebrar possíveis concorrentes no mercado mundial que estivessem com custo de extração-transporte-comercialização mais elevado. Com custos elevados e baixos preços, esses concorrentes não conseguiriam se manter no mercado, que se tornava ainda mais oligopolizado. Quando os preços voltassem a crescer, a Vale estaria mais forte ainda. Mas isso era possível exatamente porque a empresa tinha minas com alto teor mineral e baixo custo de extração – era o caso de Carajás. Ao desmobilizar temporariamente minas menos lucrativas e concentrar em minas com custo menor, a Vale conseguia diminuir o custo médio de sua extração-produção, minimizando os efeitos da queda dos preços, rendimento rebaixado e da redução de sua taxa de lucro.

Isso exposto pode ser caracterizado como acumulação por espoliação (Harvey, 2004), mas de forma mais precisa ainda como saque (Marques, 2023;

Camely, Marques e Marques, 2024), e ele é tão voraz que Parauapebas se tornou o município de maior exportação do Brasil, totalizando US\$ 10 bilhões em 2013. São Paulo, com US\$ 8,6 bilhões em divisas, foi o segundo. O PIB do município do sudeste do Pará supera o de Belém e, a depender do ano, de estados como Tocantins, Roraima, Acre e Amapá. Em 2024, São Paulo foi o oitavo maior exportador brasileiro, com US\$ 5,214 bilhões em exportação. Parauapebas, em meio às oscilações de preço do ferro, exportou US\$ 6,246 bilhões, sendo o sexto maior exportador do país. Chama a atenção que no Pará ele deixou de ser o maior exportador, cedendo o lugar para Canaã dos Carajás (que até 1994 fazia parte de Parauapebas), que exportou US\$ 6,703 bilhões, terceiro exportador nacional em função do ferro (SUD) e do cobre. Se juntássemos os dois municípios paraenses, assumiriam a primeira posição no *ranking* de exportação do Brasil.

Comparemos o investimento com o faturamento de SUD. Orçado em um montante de US\$ 14,3 bilhões para uma extração anual de 90 milhões de toneladas de ferro, o empreendimento representa um megainvestimento. Verdade, mas analisemos isso em relação às vendas. De janeiro de 2017 (quando a mina entrou em operação) até novembro de 2024, mês a mês, temos uma média de preço de US\$ 107,21 por tonelada do ferro (Fe62) no mercado internacional. Multiplicando esse preço por 90 milhões de toneladas anuais³¹ alcança-se um faturamento de US\$ 9,65 bilhões ao ano. É verdade que o lucro é bem menor que o faturamento, mas o dado expressa o montante de riqueza extraída – a tal ponto que as vendas SUD no período de apenas um ano e meio correspondem ao volume de investimento feito para montar o empreendimento. Esse período se torna menor ainda se levarmos em consideração que Carajás produz minério premium, cujo preço é mais elevado. Isso evidencia mais uma vez que,

³¹ Até 2024, a extração de SUD foi de aproximadamente 80 milhões de toneladas ao ano. Pelo planejamento da Vale, a partir de 2026 a capacidade de extração de SUD será expandida em mais 20 milhões de toneladas e se espera em poucos anos chegar ao planejamento inicial das 120 milhões de toneladas anuais.

diferente do que se pode imaginar, a Vale depende mais da Amazônia do que a Amazônia da Vale.

Essa dinâmica de espoliação e saque ganha um componente a mais: Simandou, uma mina na Guiné (África), já anteriormente ambicionada pela Vale.³² Com ferro a 65% de teor, estima-se que Simandou tem capacidade de extração de 120 milhões de toneladas anuais. O empreendimento está sendo implantado pela transnacional Rio Tinto em associação com um consórcio e companhias chinesas (incluindo a estatal Baosteel). Espera-se que entre em operação entre o final de 2025 e início de 2026. Entrando em operação,³³ a participação da Vale/Carajás no mercado de ferro premium mundial pode cair dos 44% para 34% (Alvares e Marshall Brasil *apud* InvestNews, 2025), tendendo a fazer com que a empresa perca a condição de quase monopólio nesse mercado e diminuindo seus ganhos extraordinários (além de parte da fatia do mercado). Então, é de se supor que a Vale intensifica a extração de Carajás para aproveitar os ganhos decorrentes de sua ainda condição de quase monopólio.

Voltemos a tema iniciado quando abordamos a renda mineral. Os ganhos de produtividade decorrentes de Carajás, originários na renda mineral e em outros fatores, geram um ganho de valor para a Amazônia. Acontece que a transferência de valor para fora da região aqui esboçada (em função da isenção fiscal) atua em sentido oposto. Afora isso, mesmo os “ganhos” para a região não se efetivam, na medida em que a composição do capital da Vale aponta que seus acionistas não são residentes amazônicos, mas pessoas e empresas de outras regiões e, crescentemente, de outros países. Quando esses ganhos se transformam em dividendos pagos aos acionistas, o “ganho” regional se transfere para fora.

³² Numa polêmica, conturbada e fracassada (sob denúncias de corrupção paga ao governo do país, deposto logo depois) compra em 2010 – aquisição desfeita poucos anos após.

³³ Entre entrar em operação e alcançar a extração de 120 milhões de toneladas anuais levará alguns anos, mas tende a ser crescente.

Thiago Aguiar (2022) entrevistou trabalhadores e sindicalistas da Inco no Canadá. Nas entrevistas é revelado que, antes de ser comprada pela Vale, os(as) trabalhadores(as) se referiam à mineradora como mãe Inco. Também alguns trabalhadores da Vale no Brasil se referiam à ex-estatal como mãe. Mas, em se tratando da Amazônia e seus povos, a Vale seria uma mãe?

Tem ocorrido intensificação e precarização do trabalho dos empregados da Vale e de suas empresas contratadas. A elevação de empregados terceirizados implica menores salários e menores garantias sociais, aumentando o rendimento do trabalho e reduzindo custos da empresa. Isso também gera pressão sobre os empregados diretos para que aceitem as condições impostas pela empresa. Resultado: maior extração de mais-valia. No final de 2024, a Vale dispunha de 174.116 empregados em todo o mundo, mas principalmente no Brasil. Empregados próprios somavam 64.610 e de empresas contratadas 109.506, o que correspondia a 62,9% do total (Vale, 2025c).

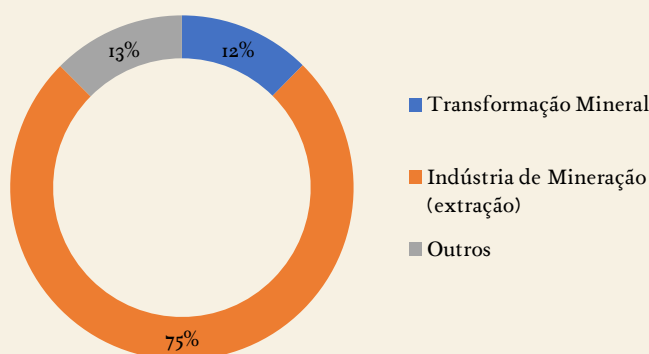
Sempre que interessante para ela, a Vale demite parte de seus empregados diretos. Dados reunidos a partir das comunicações da empresa ao mercado em diversos momentos confirmam isso. Após sua privatização, ocorrida em 1997, demitiu 1.300 pessoas. No mês de junho de 2009, aproximadamente mais 300 funcionários somente no Brasil. Em 2015, reduziu em 3% seu quadro funcional. Em diversos outros momentos isso ocorreu e é usado como mecanismo de contenção salarial e redução do que se paga aos empregados como participação nos lucros e resultados da empresa. Especificamente em Carajás, a imensa maioria dos cargos de média e alta qualificação são ocupados por pessoas contratadas fora da região, ficando para os locais as funções de menor qualificação e mais baixos salários.³⁴ Seria, de fato, a Vale uma mãe? Mesmos os salários mais elevados se comparados às empresas menores e às suas terceirizadas não decorre de uma “bondade” da

³⁴ Além disso, levantamento do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, baseado nos boletins epidemiológicos da Secretaria de Estado de Saúde-MG, constatou que os municípios do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais concentravam indicadores maiores de contaminação e morte por Covid-19, em função da continuidade das atividades minerárias quando o indicado era a paralisação e o isolamento social.

companhia, mas dos favores estatais, dos ganhos da apropriação espoliadora dos recursos naturais brasileiros e da produção de valor por seus(suas) funcionários(as) – diretos e indiretos.

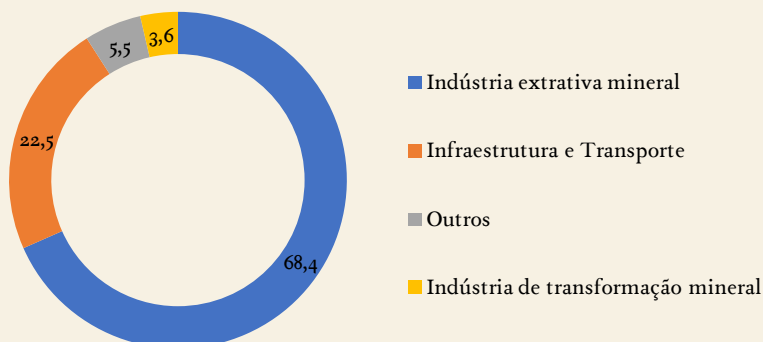
Exemplifiquemos o esgotamento das reservas, que incluímos na dinâmica da espoliação e do saque. No relatório de 2025 à Comissão de Valores Imobiliários dos EUA, a Vale apresentou projeções de exaustão de Carajás. As minas da Serra Norte (iniciadas em 1984) terão vida útil operacional até 2045. As da Serra Leste (inaugurada em 2014) até 2077. As

Gráfico 9: Exportações paraenses em 2017



Fonte: Mdic/Secex 2018; Simineral 2018.

Gráfico 10: projeção de invest. indústria mineral paraense



Fonte: Simineral, 2018; Redes/Fiepa 2018-2023

da Serra Sul (SUD), em operação desde 2016, se estendem até 2060. Quando privatizada em 1997, acreditava-se que essas reservas durariam até fins do século XXIV, mas alcançarão somente meados do século XXI. Para piorar, essa dinâmica de extração aponta para a permanência de uma economia nos termos atuais, com maior dependência da Amazônia e do Brasil em relação às economias centrais. Vejamos os gráficos a seguir:

As exportações paraenses são dominadas pela mineração, principalmente a extração mineral (minério bruto) que representou 75,1% de tudo que o estado exportou em 2017. Somada à transformação mineral (produtos semimanufaturados), a mineração concentrou 87,4% das vendas externas do Pará. Quando cruzamos estes dados com os investimentos projetados no setor até 2023, constatamos que 68% estavam programados para a extração mineral, 23% para infraestrutura e transporte (para viabilizar a exportação) e apenas 4% para a transformação mineral. Resultado: a dominância das transnacionais impõe a permanência futura de uma economia primário-exportadora na Amazônia, com todas as contradições desse modelo.

A enorme extração mineral da empresa na região se transforma em montantes gigantes de lucro a seus acionistas, que não residem na Amazônia. Mas a contrapartida da empresa para a população local é mais contradições socioambientais. Sistematização de dados da Fundação Paraense de Amparo à Pesquisa constatou que, das 12 regiões de integração do Pará, Carajás, com maior PIB *per capita* do Estado, era a que tinha a menor expectativa de vida nos anos 2010 e aquela com maior índice de Gini, ou seja, era a mais desigual e de maior concentração de renda. No entorno dos empreendimentos minerários ocorrem assassinatos, conflitos agrários, trabalho escravo, prostituição, degradação ambiental, crise urbana, desemprego e pobreza – coisas muito diferentes do progresso/desenvolvimento que eles prometem. Pelas informações da Comissão Pastoral da Terra e do Inpe, a mesorregião Sudeste Paraense, onde se encontra Carajás, está entre as mesorregiões brasileiras com os maiores indicadores brasileiros de conflitos agrários e de desmatamento das últimas décadas.

A Vale se beneficia também de investimentos infraestruturais governamentais (recuperação de estradas rodoviárias utilizadas pela mineração, hidrelétricas etc.) e da apropriação mais ampla de recursos naturais é o caso (1) da Floresta Nacional de Carajás, utilizada pela empresa como “cinturão verde” às suas minas, mas também como espaço de reserva para novas extrações minerais; e (2) do enorme consumo de água, já que a mineração usa grande volume desse recurso para lavagem e transporte mineral (no caso de minerodutos). Quando isso se associa aos volumes da extração e aos favores estatais na forma de créditos subsidiados do BNDES, isenção de impostos e outros mais, constatamos o saque. Ao analisarmos a evolução da Vale, verifica-se que sua privatização, seguida da financeirização e das novas estratégias de lucro, acelera o esgotamento das reservas e o incremento das contradições sociais, com municípios dependentes das “migalhas” que ela deixa. Como ficará Carajás após o esgotamento das minas?

Por tudo que expusemos, na Amazônia, a Vale está longe de ser uma mãe. Estaria mais para madrastra, mas, se usássemos a imagem deturpada e caricaturada das madrastras, o que não é adequado. Então, que nos perdoem as madrastras, que não merecem a analogia com essa empresa.

Considerações finais

Constatamos a intensificação da extração mineral da Vale na Amazônia, aprofundando as estratégias financeirizadas da empresa, gerando montantes mais expressivos de ganhos aos acionistas da mineradora, mas em paralelo a frágeis indicadores de desenvolvimento local. Isso resulta em aceleração do esgotamento das minas paraenses, indicando processos de espoliação e saque e um cenário pouco animador aos municípios mineradores de Carajás.

Também constatamos que ocorre um processo de transferência de valor da Amazônia para outros países. Ademais, o fato de seus acionistas residirem

fora da região aprofunda essa transferência. Renda mineral, lucro extra e outras formas de rendimento gerados a partir de Carajás migram para fora, contribuindo para dinamizar outras nações, enquanto a Amazônia aprofunda dependência e pobreza. Por isso, na região, a Vale está longe de agir como mãe.

A consolidação da Vale como transnacional (assentada em produtos primários) diminui a capacidade de controle do governo sobre suas atitudes, como é o caso das estratégias de investimento, que ficam concentradas na rentabilidade aos acionistas, ávidos por lucros grandes e rápidos, independentemente dos impactos causados ao meio ambiente, aos seus trabalhadores e à população local. Com isso, o Brasil aprofunda não apenas a reprimarização, como a dependência das economias centrais e de seus mercados financeiros, gerando instabilidade na economia nacional. Conclusão imediata: a Amazônia passa a ter menor capacidade de controle sobre a mineradora, que já era historicamente diminuta.

Mas, diferente do que a dinâmica aponta, levantamos a questão: quem depende de quem? A Vale, mesmo para suas estratégias de valorização de papéis no mercado financeiro, depende crescentemente da extração de Carajás. A Amazônia consegue sobreviver sem a Vale, mas a Vale sobrevive sem a extração da Amazônia? Aqui reside a chave para alterar o atual quadro mineral amazônico a favor da população local.

Referências

- AGUIAR, Thiago. *O solo movediço da globalização: trabalho e extração mineral na Vale S.A.* São Paulo: Boitempo, 2022.
- BENTES, Rosineide. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. In: *Estudos e problemas amazônicos*. Belém: Secretaria de Estado de Educação/Cejup, 1992.
- BORGES, Gedson T. *A Acumulação, Concentração e Centralização de Capital e a Financeirização: Uma análise do capital da CVRD à Vale S.A.* Tese de doutorado em economia, UFPA, Belém, 2021 .
- BRASIL MINERAL. Ano XXXIV, n 392. p. 1-82, São Paulo, jul 2019.
- CAMELY, Nazira; MARQUES, Indira; MARQUES, Gilberto. Acumulação de capital e saque de recursos naturais na Amazônia. In: MATTOS, Fernando; ARAÚJO, Victor. *Economia brasileira: uma reconstrução necessária*. São Paulo: Hucitec, 2023.
- CARCANHOLO, Reinaldo. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. In: GOMES, Helder (org.). *Especulações e lucros fictícios*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, Helder (org.). *Especulações e lucros fictícios*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- COONEY, Paul. Paths of development in the Southern Cone: deindustrialization and reprimarization in Argentina and Brazil and their socio-environmental impacts. *Conexões*, v. 11, n. 2, jul/dez 2023. Belém: UFPA, 2023.
- COSTA, Armando Dalla. A Vale no novo contexto da internacionalização das empresas brasileiras. *Revista Entreprises et Histoire*. Paris, n. 54, abril, 2015.
- ENRIQUEZ, Maria. *Boletim 1: A tributação dos bens minerais no Pará*. Belém: Sindifisco Pará, 2021.
- GÓES, F. BNDES aprova R\$ 6,2 bi para projeto da Vale em Carajás. *Valor Econômico*, 16 de abril de 2014.
- GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT, J. et al., (orgs). *Extractivismo, Política y Sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latinoamericano de Ecología Social, 2009.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1996.
- HARVEY, David. *Os limites do Capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INVESTNEWS. Mina de Simandou: a “Carajás africana” que desafia o reinado da Vale. 2024. <https://investnews.com.br/negocios/mina-de-simandou-a-carajas-africana-que-desafia-o-reinado-da-vale/> acessado em 20/07/2025.
- LEITE, Leonardo; DE PAULA, Patrick; CORRÊA, Hugo. O debate contemporâneo sobre troca desigual: crítica de uma proposta para atualizar a teoria marxista da dependência negando as transferências de valor. *Nexos Econômicos*, v. 16, n. 2, jul-dez. 2022, p. 94-124. Salvador: UFBA.
- LENIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global (Coleção Bases), 1989.
- LUCE, Mathias. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANSUR, Máira Sertã; SANTOS, Rodrigo P. A rede de relações socioeconômicas da Vale S.A.: uma análise da estratégia corporativa e seus condicionamentos financeiros. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, Vol. 7, n. 11º, jan/jul 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, Gilberto de Souza. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MARQUES, Gilberto. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Riode Janeiro, 2007.

MARQUES, Gilberto. Reprimarização, financeirização e crise: temas da atualidade. *Conexões*, v. 11, n. 2, jul/dez 2023. Belém: UFPA, 2023.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MILANEZ, Bruno et al. A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. *Versos - Textos para Discussão*. PoEMAS, v. 2, n. 2. Juiz de Fora: UFJF, 2018.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo P. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise do novo marco legal da mineração. *Pós Ciências Sociais*, v. 10, n. 19, jan/jun. 2013.

OSORIO, J. Ley de valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 47, mai-ago. 2017.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*. v. 36, n. 3, São Paulo jul./set., 2016.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*. v.27 n.77, São Paulo, 2017a.

PAULANI, Leda Maria. Não há saída sem a reversão da financeirização. *Estudos Avançados*. v.31, n.89, São Paulo, 2017b.

PAULANI, Leda Maria. Sobreacumulação, financeirização, rentismo e assetização. In: LAVINAS, Lena et al. *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado/São Paulo: Contracorrente, 2024.

SAES, B. M. *Comércio ecologicamente desigual no século XXI: Evidências a partir da inserção brasileira no mercado internacional de minério de ferro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SANTOS, Ricardo P. A nova governança corporativa da Vale S.A.: um percurso político em direção à “true corporation”. *Versos - Textos para Discussão*. PoEMAS, v. 1, n. 4. Juiz de Fora-MG: UFJF, 2017.

SIMINERAL. *7.º Anuário Mineral do Pará 2018*. Belém: Simineral, 2018.

SOUZA, José S. Extrativismo mineral: tudo como dantes em municípios mineradores dos territórios de Minas Gerais e do Sudeste Paraense. *Conexões*, v. 12, n. 1, jan/jun 2024. Belém: UFPA, 2024.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

TRINDADE, José R.; CRUZ, A. La Amazonía en el centro del modelo primario-exportador de la economía brasileña: el caso del estado de Pará. *Revista de la Cepal* (on-line), v. 01, p. 31-51, 2024.

VALE. *Espaço memória*. In: <https://vale.com/pt/espaco-memoria>. 2025a. Acessado em 10/03/2025.

VALE. *Formulário 20-F* (2025). Relatório anual, de acordo com a seção 13 ou 15(d) da securities exchange act de 1934 In: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/df3a358f-454f-7ee4-a25d-e35a61922347?origin=1>. Acessado em 30.04.2025.

VALE. Informação e Documentação. *Nossa História*. Rio de Janeiro, 2012.

VALE. Informação e Documentação. *Relatório Financeiro e Operacional*: Um ano de extraordinário desempenho, o desempenho da Vale em 2010. Rio de Janeiro, 2011.

VALE. *Relato Integrado 2024*. Rio de Janeiro, 2025c.

VALE. *Vale aprova oferta pública de debêntures*. 23/05/2025a. In: <https://vale.com/pt/w/vale-aprova-oferta-publica-de-debentures/-/categories/1968803>. Acessado em 23/05/2025.

WANDERLEY, Luiz J. Do boom ao pós-boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos – Textos para discussão*. PoEMAS, v. 1, n. 1. Juiz de Fora-MG: UFJF, 2017.